

Ser Cristão no Trabalho: um desafio!

Contributo da Plataforma “Compromisso Social Cristão” para o dia 1 de maio de 2017

O Papa Francisco na encíclica *Laudato Si* refere que a realidade em que vivemos nos coloca «perante a urgência de avançar numa corajosa revolução cultural.» (LS 114)

Foi este o desafio que as organizações católicas que constituem a **Plataforma “Compromisso Social Cristão”** - ACEGE (Associação Cristã de Empresários e Gestores), ACR (Ação Católica Rural); Cáritas Portuguesa, JOC (Juventude Operária Católica); LOC (Liga Operária Católica), CNJP (Comissão Nacional Justiça e Paz) e SSVP (Sociedade de São Vicente de Paulo) quiseram aceitar, olhando a realidade, julgando-a e apontando possíveis caminhos para o futuro - Ver, Julgar e Agir.

Partimos da certeza de que, como refere o Papa, todos somos responsáveis por todos, todos estamos interligados, e, embora cada um tenha um papel a desempenhar, se queremos aspirar a promover a transformação cultural de que o nosso mundo necessita, precisamos de procurar caminhos e percorrê-los em conjunto.

Queremos assumir a missão que recebemos de sermos co-criadores do mundo com Deus. **«Deus colocou o ser humano no jardim recém-criado (Cf. Gn 2,15), não só para cuidar do existente (guardar), mas também para trabalhar nele a fim de que produzisse frutos (cultivar). Assim, os operários e os artesãos “asseguram uma criação perpétua” (Sir 38,4) »** (LS 124)

A. O que observamos enquanto trabalhadores cristãos empenhados no mundo do trabalho?

1

Não deixando de valorizar tudo o que de bom e positivo acontece no mundo do trabalho, onde a certeza da interligação entre os trabalhadores, as empresas, as organizações, a sociedade e o ambiente é cada vez mais clara, na linha da ecologia integral que o Papa nos convida a viver, queremos apontar algumas questões que nos preocupam e que implicam a nossa ação:

- 1. O elevado nível de desemprego existente e o seu impacto na vida de muitas pessoas**
É elevado o nível de desemprego em Portugal, especialmente nos casos dos trabalhadores acima dos 50 anos, desadaptados da nova dinâmica económica e que muito dificilmente vão conseguir regressar à vida ativa, e dos jovens, que se veem obrigados a adiar a sua vida e a constituição de novas famílias.
O desemprego é a maior injustiça que existe no mundo do trabalho.
Olhamos com particular atenção a “robotização” e a introdução da inteligência artificial, que promoverão uma forte mudança na realidade económica.
- 2. A fragilidade e precariedade dos vínculos laborais**
Cada vez mais, as relações laborais entre empresas e trabalhadores são precárias, obrigando a um novo entendimento de carreiras e tornando o futuro mais exigente e incerto, especialmente para os jovens que entram agora no mundo profissional.
Por outro lado, ainda vemos muitas empresas a assumirem, ou a não conseguirem deixar de assumir, os salários baixos dos seus trabalhadores como vantagem competitiva, criando uma geração de trabalhadores, que, mesmo empregados, não conseguem sair da sua situação de pobreza.
Se considerarmos que a economia deve estar ao serviço da pessoa, e não o contrário, não podemos aceitar esta realidade como inevitável.
- 3. O impacto do trabalho na família e na saúde**

A realidade referida nos pontos anteriores afeta diretamente a instituição familiar, quer a das famílias confrontadas pela incerteza do presente, quer a das que se querem formar e não têm capacidade de projetar o futuro, assumindo a responsabilidade dos grandes compromissos para a vida, como casar e ter filhos.

Por outro lado, muitas vezes as condições de trabalho e a dificuldade de conciliação família e trabalho, aliadas à falta de sentido do próprio trabalho, promovem o desgaste físico e inúmeras situações de doença, nomeadamente, de foro psicológico, com todas as suas consequências pessoais, familiares e empresariais.

4. A falta de investimento

A verificação da forte quebra do investimento em Portugal - público e privado, nacional e internacional - e a venda de empresas nacionais de referência é um sinal de forte alerta e de preocupação sobre o futuro da economia. Esta preocupação é reforçada pelo facto de muitas empresas portuguesas estarem descapitalizadas e de existir uma grande fragilidade do sistema financeiro português, a sofrer o efeito da falta de ética de alguns e o impacto da situação financeira internacional. Sem investimento, não podemos esperar o crescimento e o desenvolvimento de que necessitamos para o nosso país.

5. A falta de escala e produtividade de muitas empresas

O tecido empresarial português, em que mais de 96% das empresas têm menos de 10 trabalhadores, é muito frágil. Muitas vezes os empresários não têm as competências necessárias para crescer e implementar procedimentos que melhorem a sua produtividade e rentabilidade, promovendo empregos de qualidade.

6. Um Estado frágil que anualmente gasta mais do que recebe

O Estado pode vir a ter dificuldades em cumprir as suas responsabilidades se nada fizer para assegurar a sustentabilidade das contas públicas e das pensões.

Os gastos superiores às receitas, ano após ano, a inversão da taxa de natalidade, da mais alta da Europa para a mais baixa, e a falta de crescimento económico são fatores que suscitam enorme preocupação e exigem reflexão sobre a capacidade do Estado de assegurar no futuro as suas responsabilidades sociais atuais. Por outro lado, a evasão fiscal - de grandes empresas, de pequenos serviços e ao nível individual, e o planeamento fiscal (que, sendo legal, maximiza o potencial das disparidades das políticas fiscais internacionais em desfavor do Estado), limita as receitas. Assim, é urgente encontrar caminhos para garantir a sustentabilidade futura do Estado.

7. A falta de valores éticos

A “idolatria do dinheiro” que leva a que «seja o dinheiro a governar em vez de servir», a par da cultura do poder e da cultura “utilitarista e do descarte”, sem noção do sentido último da nossa existência, leva ao aparecimento de demasiadas situações de falta de ética, onde o bem individual se sobrepõe ao Bem Comum.

A falta de valores éticos na vida económica corrói as relações pessoais, afeta a confiança nas lideranças e na economia, e destrói pessoas e empresas.

Estamos certos de que a crise em que estamos não teria existido se os responsáveis empresariais tivessem atuado dentro de padrões de ética, de responsabilidade social e dos valores propostos pela Doutrina Social da Igreja.

B. Perante esta realidade queremos reafirmar:

1. Que a Pessoa Humana é protagonista, centro e fim de toda a vida económicaⁱ

Toda a vida económica tem de colocar a Pessoa Humana no centro das decisões. O que fazemos e como o fazemos tem de ser iluminado pelo critério humano. Por isso, a par da sustentabilidade económica, é essencial olharmos o impacto da nossa ação em todos aqueles que são afetados pelas decisões - trabalhadores, famílias, sociedade e meio ambiente.

«É preciso relembrar que “os custos humanos são sempre também custos económicos, e as disfunções económicas acarretam sempre também custos humanos”ⁱⁱ. Renunciar a investir nas pessoas para se obter maior receita imediata é um péssimo negócio para a sociedade.» (LS128)

2. Que o trabalho para todos é um elemento essencial da justiça social

Se, por um lado, o trabalho digno é fonte de dignidade, de desenvolvimento pessoal e de afirmação da individualidade de cada um no mundo, por outro lado, cada pessoa, com as suas características únicas e irrepetíveis, tem uma missão a desempenhar no desenvolvimento da vida em sociedade, promovendo o Bem Comum.

Por isso, quando vemos tantas pessoas sem trabalho, tanto trabalho em condições indignas, tanta precariedade que limita o futuro e tanta vivência do trabalho sem sentido, temos que nos questionar e procurar caminhos novos e desvendar as melhores soluções.

3. Que pelo nosso trabalho somos co-criadores do mundo com Deus

Acreditamos que o sentido do nosso trabalho nos supera, na medida em que, pelo trabalho, nos envolvemos como co-criadores do Mundo, de acordo com as capacidades, talentos e realidades que Deus confia a cada um, em cada tempo.ⁱⁱⁱ

Nesse sentido, não queremos trabalhar apenas para o nosso bem temporal, para o bem das nossas famílias, para corresponder aos nossos desafios profissionais, ou para o êxito das empresas em que trabalhamos, mas queremos trabalhar para o Bem Comum e contribuir ativamente para a construção do Reino.

4. Que a atividade empresarial é uma das chaves da questão social

«A atividade empresarial, que é uma nobre vocação orientada para produzir riqueza e melhorar o mundo para todos, pode ser uma maneira muito fecunda de promover a região onde instala os seus empreendimentos, sobretudo se pensa que a criação de postos de trabalho é parte imprescindível do seu serviço ao bem comum» (LS129). Sem empresas e organizações, capazes de criar valor para a sociedade, não é possível desenvolver o país e garantir empregos de qualidade.

Reconhecemos, por isso, nas empresas, um enorme valor social que tem origem na iniciativa, no risco e na capacidade de pessoas concretas, mas que só ganha sentido nos fins sociais que prossegue, designadamente na produção de riqueza, na criação de oportunidades de trabalho de qualidade, na realização dos que nela trabalham e no desenvolvimento social.

5. Que as empresas são comunidades de pessoas^{iv} e famílias

Vemos as empresas como comunidades humanas, fundadas em interesses não coincidentes - acionistas, gestores, trabalhadores, sindicatos, famílias e sociedade - mas orientadas para finalidades comuns, estruturadas segundo o princípio da cooperação, e não do conflito. Assumimos que a maioria das empresas está vocacionada para a produção, e/ ou comercialização de bens e serviços num mercado

global, concorrencial e incerto e, por isso, sujeita a princípios racionais de gestão, de organização e de permanência no mercado.

Sabemos que o sucesso empresarial e a dignificação do trabalho e dos trabalhadores não são realidades opostas, mas realidades que se complementam e potenciam mutuamente. Logo, Empresários e Trabalhadores, devem estar unidos no bem dessa comunidade que é a empresa, respeitando os direitos e deveres de cada um e procurando simultaneamente a excelência na actividade e a solidariedade entre os atores. No fundo, todos os intervenientes numa empresa são co-responsáveis pela sustentabilidade da mesma, cada um a seu modo.

6. Que o mercado tem potencialidades, mas também limites

Reconhecemos as potencialidades do mercado, da concorrência, da propriedade privada e da livre criatividade humana, como fator de desenvolvimento humano, económico, social e ambiental, mas defendemos a necessidade de uma cada vez mais forte regulação da actividade económica, que diminua o impacto das faltas de ética, dos excessos de poder de grupos de interesse e corporações, e assegure a inclusão de todos aqueles que se vejam excluídos do mercado laboral e da sociedade.

Somos também confrontados com o desafio de, dentro da actividade económica, dar lugar ao princípio da gratuidade e à lógica do dom.^v

C. Perante as realidades e as reafirmações anteriores que caminhos de futuro propomos?

1. A conversão pessoal de cada um ao Amor de Deus

Nenhuma revolução autêntica pode começar sem a adesão pessoal ao projeto, neste caso sem a adesão pessoal a Cristo e aos critérios de Amor que nos propõe. Só em união com Ele poderemos aspirar a ser instrumentos da transformação que Deus pretende no mundo. É a fidelidade à sua missão que pode salvar-nos e pode salvar e transformar o mundo

2. A vivência do nosso trabalho em nome de Cristo

Trabalhar com o sentido de que tudo o que fazemos é em seu nome, responsabiliza-nos a seguir os seus critérios, a procurar o seu entendimento. Trabalhar - servindo, em vez de nos servirmos – para trazer Cristo e o seu Amor para as empresas e para tratar os outros como gostaríamos de ser tratados se estivéssemos no lugar deles. Este é um enorme desafio que transforma o nosso espaço pessoal de atuação, das equipas de trabalho e das empresas.

3. A procura da unidade de vida e de uma ecologia do trabalho

A unidade de mente e coração e ação de cada um, assumindo os mesmos valores e critérios de atuação nos diferentes papéis que desempenha - família, trabalho ou vida social, é um critério essencial para podermos ser íntegros em tudo o que fazemos. Aqueles que se deixam dividir em "gavetas de vida" acabam por viver uma vida de mentira. É esta unidade de vida que nos permite aplicar os Talentos e Dons que Deus nos confia, a cada momento, nos trabalhos que fazemos e nos relacionamentos que mantemos. Tudo fazer para pôr a render os nossos talentos é um imperativo ético, perante Deus, perante nós próprios, perante aqueles que conosco trabalham e perante aqueles que não têm trabalho.

4. A necessidade de aumentar o diálogo e a cooperação nas empresas

As empresas são constituídas por todos os que nelas trabalham. A cooperação entre todos é vital para o desempenho das empresas. Por isso, é essencial potenciar o

diálogo e a cooperação efetiva entre todos - acionistas, gestores, trabalhadores, sindicatos, forças locais -, promovendo nas empresas o princípio da subsidiariedade que potencia cada um dos colaboradores.

5. A formação e acompanhamento dos líderes empresariais

Perante a complexidade do mundo económico atual, é essencial o testemunho daqueles que gerem com critérios éticos e sabem como dignificar a sua empresa e os seus trabalhadores. Nesse sentido, é essencial encontrar espaços de inspiração e de partilha de boas-práticas, que possam contagiar cada vez mais empresas.

Acreditamos que a introdução de políticas concretas e possíveis pode transformar a cultura das empresas e impactar a vida dos seus colaboradores. Isto pode, e deve, acontecer, por exemplo, no que se refere à conciliação entre família e trabalho, à remuneração justa, aos contratos de trabalho ou ao pagamento pontual a fornecedores.

6. O acompanhamento e formação das novas gerações de trabalhadores

Perante as rápidas mudanças na forma de contratualização, é essencial acompanhar e formar para o trabalho as novas gerações de trabalhadores, para a necessidade de não deixarem de se atualizar e serem “empreendedores” da sua própria vida. Importa passar de uma atitude passiva a uma atitude proativa, com consciência do nosso papel de trabalhadores que reconhecem os seus direitos e deveres.

É importante fomentar um saudável intra-empendedorismo nas nossas empresas, dando espaço aos mais jovens para apresentarem as suas ideias e tomarem iniciativas, mesmo que arriscadas, até porque «muitas vezes o Senhor revela ao mais jovem o que é melhor» como está escrito na terceira regra de São Bento. É importante promover uma autêntica educação para o trabalho, com um equilíbrio dinâmico entre o realismo prático e a utopia, a ação e a oração, a prática e a reflexão.

5

7. A opção pelos mais pobres, especialmente aqueles que não têm emprego ou têm um emprego precário

Potenciar o empreendedorismo e um ecossistema favorável ao investimento é essencial para gerar valor para toda a sociedade e criar empregos reais e de qualidade. Aqueles que têm capacidade financeira e vocação para serem empreendedores devem assumir essa responsabilidade e o conseqüente risco do investimento, promovendo emprego, produtos e serviços de qualidade que possam ajudar a desenvolver a sua região. Torna-se necessário fazer todo o possível para conciliar critérios de sustentabilidade económica com a manutenção e a criação de postos de trabalho.

Torna-se urgente apoiar quem não tem trabalho, para que consiga de novo voltar a tê-lo, dinamizando espaços e dinâmicas ágeis de promoção da empregabilidade. E é imperioso acabarmos com a triste realidade dos chamados “trabalhadores pobres”, isto é, aqueles que, mesmo tendo um trabalho a tempo inteiro, vivem em situações de pobreza devido aos baixos salários. Remuneração justa e condições dignas são fundamentais para garantir o futuro de todos.

8. Todos somos responsáveis pelo consumismo

«O grande risco do mundo atual, com a sua múltipla e avassaladora oferta de consumo, é uma tristeza individualista que brota de um coração comodista e mesquinho» diz-nos o Papa Francisco logo no início da exortação apostólica *Evangelii Gaudium*. Todos nós, como consumidores e responsáveis pelas tendências de mercado e da viabilidade das empresas, devemos, como refere o Papa, ter a noção de que a forma como consumimos condiciona a nossa vida, o ambiente e a vida das empresas. As decisões de consumo, também elas, devem ter em conta não só o preço

económico, mas também os diversos impactos da empresa e dos seus produtos na sociedade.

9. A transformação das estruturas políticas e económico-sociais^{vi}

Sem a transformação das estruturas políticas, económicas e sociais, não se atua nas causas profundas da degradação do trabalho humano. Por isso, é necessário que os cristãos procurem não só a «conversão pessoal» referida, mas assumam uma intervenção ativa e permanente nessas estruturas.

Devemos intervir mais, pessoalmente ou em grupo, nos locais de trabalho e de residência, nas associações locais, sindicais e empresariais, nas forças políticas, nos órgãos de soberania e em todas as instâncias onde se pode influenciar a vida da comunidade humana. Intervir denunciando as situações que não promovem a dignificação do trabalho e não colocam a Pessoa Humana no centro de toda a vida económica. Esta denúncia é uma forma de testemunhar Cristo e o seu Amor.

Acreditamos que, se formos capazes de viver convertidos ao Evangelho, cada uma das nossas organizações pode tornar-se cada vez mais um espaço de verdadeira comunidade de pessoas. Acreditamos que é possível iniciar esta revolução que o Papa Francisco sugere e aspirar a uma nova organização da sociedade e do trabalho.

O caminho não é fácil e os obstáculos e as problemáticas são grandes, mas acreditamos que, unidos a Deus e num espírito de serviço, podemos aspirar a sermos cuidadores da nossa casa comum, cuidando do existente – guardar – e trabalhando nele a fim de que produza frutos – cultivar -, assegurando, assim, uma criação perpétua, da qual todos possam desfrutar.

Lisboa, 1 de maio de 2017

6

Plataforma Compromisso Social Cristão:

Associação Cristã de Empresários e Gestores - ACEGE,

Ação Católica Rural - ACR,

Cáritas Portuguesa

Comissão Nacional Justiça e Paz - CNJP

Juventude Operária Católica - JOC

Liga Operária Católica - JOC,

Sociedade de São Vicente de Paulo - SSVV

ⁱ *Gaudium et Spes*, 25

ⁱⁱ *Caritas in Veritate*, 32

ⁱⁱⁱ *Laborem Exercens*, 4

^{iv} *Gaudium et Spes*, 68 e *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 340

^v *Caritas in Veritate*, 36

^{vi} *Sollicitudo Rei Socialis*, 36, 20 e 22